

Credores pedem que BC revogue congelamento e ameçam ir à Justiça

por Paulo Sotero
de Washington

Em seu primeiro encontro com um representante do governo brasileiro desde que o presidente José Sarney anunciou a suspensão dos pagamentos da dívida aos credores privados, o comitê de bancos credores pediu, ontem, com veemência, ao diretor da Dívida Externa do Banco Central (BC), Antônio de Pádua Seixas, que o BC reconsidere as instruções que baixou na segunda-feira, a fim de garantir a renovação das linhas de curto prazo.

Os banqueiros advertiram o diretor do BC que, se a medida for mantida, suas bases legais serão inevitavelmente contestadas em tribunal pelos bancos credores afetados.

O protesto dos bancos diz respeito a um telex-circular que o BC enviou aos bancos brasileiros autorizados a operar em câmbio, que suas agências no exterior não devem mais pagar os vencimentos de curto prazo ao credor, mas sim abrir "um crédito ao banqueiro junto ao Bc, em conta no exterior a ser indicada em cada caso" pelo próprio BC.

Na prática, a medida parece estender às linhas de curto prazo as regras vigentes de renovação automática dos empréstimos de longo prazo. A diferença, no caso, é que essas últimas foram negociadas com os credores.

Apanhados de supresa pela medida, os banqueiros manifestaram uma mal-disfarçada indignação diante da decisão. "Acho que isso é uma punhalada pelas costas, pois no telex que enviou aos bancos na sexta-feira passada o ministro Funaro afirmou que não haveria alteração em relação às linhas de curto prazo", afirmou um banqueiro.

"Creio que você poderia usar a palavra furioso para descrever o ânimo de alguns banqueiros", indicou outro. "A suspensão de pagamentos dos juros foi recebida com resignação, pois todos suspeitavam que não haveria outro jeito. Mas essa decisão (sobre o projeto 3 e 4) provocou uma reação diferente", disse uma terceira fonte financeira. "Isso não é forma de se proceder."

Fontes de bancos brasileiros, ouvidor, por este jornal, mostraram-se igualmente preocupadas com a decisão. "O BC não deveria interferir nas rela-

ções entre a agência de um banco brasileiro no exterior e um banco que lhe fornece linhas de crédito", afirmou uma dessas fontes.

O comitê aparentemente não aceitou a explicação oferecida por Seixas, segundo a qual o BC teria decidido agir depois de verificar que uma única agência de banco brasileiro no exterior perdeu US\$ 55 milhões entre sexta-feira e segunda-feira passadas. Aparentemente, Seixas não mencionou o banco afetado. Os banqueiros teriam argumentado que, por causa de US\$ 55 milhões, não se deve colocar em risco US\$ 15 bilhões, que é o total aproximado das linhas de crédito comercial e interbancária.

Eles procuraram enfatizar ao diretor do BC que, se a medida não for revogada, ela poderá provocar uma série de ações judiciais contra o Banco Central, pois, segundo advogados de bancos, não existe base legal para que o BC interfira de modo a impedir que uma agência de um banco brasileiro descumpra um contrato de crédito que fez no exterior. Esses contratos, de acordo com essa interpretação, são operações domésticas e regidos, portanto, pelas leis de cada país onde o débito foi contraído.

Sobre o futuro das negociações, Seixas, limitou-se, aparentemente, a atuar como mensageiro. Mas a mensagem que transmitiu reforçou em vários banqueiros a impressão que muitos já tinham de que o governo não tem, ainda, um programa econômico para oferecer como contrapartida a um pedido de renegociação. Seixas comunicou ao comitê que, no próximo fim de semana, o ministro da Fazenda, Díson Funaro, e o novo presidente do BC, Francisco Gros, estarão em Washington para conversas com autoridades do governo americano. Em seguida, eles irão à Europa, para novos encontros a nível de governo.

Da Europa, voltarão para o Brasil. Então, e levando em consideração o que ouviram nas capitais dos países industrializados, finalizaria o programa econômico que está sendo preparado pelo governo. Só depois disso é que Funaro e Gros apresentarão aos bancos a proposta brasileira de renegociação.

Seixas tem novo encontro hoje com o comitê de bancos.